



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA Nº 02/2018

1 Aos sete dias do mês de junho de dois mil e dezoito, com início às nove horas e vinte e cinco
2 minutos, foi realizada a 2ª Reunião do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Rio Grande
3 do Sul. A reunião foi realizada na Sala de Áudios 03 do *Campus* Bento Gonçalves, localizada
4 na Avenida Osvaldo Aranha, 540, Bairro Juventude da Enologia – Bento Gonçalves. A sessão
5 foi convocada e coordenada pelo professor Júlio Xandro Heck, Reitor *pro tempore* do IFRS e
6 secretariada pela servidora Viviane Campanhola Bortoluzzi. Estiveram presentes os seguintes
7 membros do Colégio de Dirigentes: Júlio Xandro Heck, Reitor *pro tempore* do IFRS; Tatiana
8 Weber, Pró-reitora de Administração; Amilton de Moura Figueiredo, Pró-reitor de
9 Desenvolvimento Institucional; Lucas Coradini, Pró-reitor de Ensino; Marlova Benedetti, Pró-
10 reitora de Extensão; Eduardo Giroto, Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Fábio
11 Azambuja Marçal, Diretor-geral do *Campus* Alvorada; Soeni Bellé, Diretora-geral do *Campus*
12 Bento Gonçalves; Mariano Nicolao, Diretor-geral do *Campus* Canoas; Juliano Cantarelli
13 Toniolo, Diretor-geral do *Campus* Caxias do Sul; Eduardo Angonesi Predebon, Diretor-geral do
14 *Campus* Erechim; Leandro Lumbieri, Diretor-geral do *Campus* Farroupilha; Giovani Forgiarini
15 Aiub, Diretor-geral do *Campus* Feliz; Migacir Trindade Duarte Flôres, Diretora-geral do *Campus*
16 Ibirubá; Uady Rocha Sessim, Diretor-geral substituto do *Campus* Osório; Marcelo Augusto
17 Rauh Schmitt, Diretor-geral do *Campus* Porto Alegre; Gleison Samuel do Nascimento, Diretor-
18 geral do *Campus* Restinga; Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor-geral do *Campus* Rio
19 Grande; Jesus Rosemar Borges, Diretor-geral do *Campus* Rolante; Odair José Spenthof,
20 Diretor-geral do *Campus* Sertão; Gilberto Luiz Putti, Diretor-geral do *Campus* Vacaria; Erik
21 Schüler, Diretor-geral do *Campus* Avançado Veranópolis; Alexandre Martins Vidor, Diretor-geral
22 do *Campus* Viamão. Também participaram da reunião o Diretor de Gestão de Pessoas, Marc
23 Emerim, e o Diretor de Planejamento e Obras, Renato Pereira Monteiro. A reunião foi
24 convocada com a seguinte **pauta**: 1. Informes das pró-reitorias; 2. Informes auditoria EaD; 3.
25 Apresentação da nova equipe; 4. Flexibilização do recesso acadêmico de julho; 5.
26 Dimensionamento de pessoal; 6. Execução de recursos de investimento; 7. Assuntos gerais.
27 **Ordem do Dia.** O professor Júlio Xandro Heck cumprimentou a todos e explicou o porquê da
28 escolha da presente data para a reunião, assumindo o compromisso de fazer as próximas

29 reuniões nas terças-feiras, conforme acordado anteriormente. Expôs que o marco inicial de sua
30 gestão foi no dia anterior, devido a nomeação da equipe, colocando toda a equipe a
31 disposição. Assumiu o compromisso de ser uma reitoria de presente e de apoio, pensando
32 coletivamente e buscando estratégias para minimizar os efeitos de falta de recursos. Explicou
33 que fará algumas inversões na pauta, para que os envolvidos possam retornar às suas
34 atividades. **1. Apresentação da nova equipe.** O professor Júlio Xandro Heck apresentou a
35 equipe, a saber: Pró-reitora de Administração, professora Tatiana Weber; Pró-reitor Adjunto de
36 Administração, técnico Márcio Cristiano dos Santos; Pró-reitor de Desenvolvimento
37 Institucional, professor Amilton de Moura Figueiredo; Pró-reitora Adjunta de Desenvolvimento
38 Institucional, professora Letícia Martins de Martins; Pró-reitor de Ensino, técnico e professor
39 Lucas Coradini; Pró-reitora Adjunta de Ensino, professora Patrícia Hubler; Pró-reitora de
40 Extensão, técnica Marlova Benedetti; Pró-reitora Adjunta de Extensão, professora Daiane
41 Toigo Trentin; Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, professor Eduardo Giroto;
42 Pró-reitor Adjunto de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, professor Marcus André Kurtz
43 Almança; Diretor de Tecnologia da Informação, técnico César Germano Eltz; Diretor de Gestão
44 de Pessoas, técnico Marc Emerim; Diretor do Departamento de Comunicação, técnico Nícolás
45 Fonseca; Diretor de Projetos e Obras, técnico Renato Pereira Monteiro. O professor Júlio
46 Xandro Heck informou que a partir do corrente dia, a professora Tatiana Weber foi designada
47 Reitora Substituta e que o professor Marcus André Kurtz Almança solicitou a saída da pró-
48 reitoria por motivos pessoais e logo será nomeado o novo Pró-reitor Adjunto de Pesquisa, Pós-
49 graduação e Inovação. Agradeceu aos diretores que conversou antes de fazer o convite oficial
50 aos membros da equipe. Informou que na próxima semana acontecerá a Reunião do Conselho
51 Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
52 (Conif) e assumiu o compromisso de manter todos informados sobre os assuntos discutidos. **2.**
53 **Informes auditoria EaD.** O professor Júlio Xandro Heck convidou a professora Júlia Marques
54 Carvalho da Silva para fazer alguns esclarecimentos sobre a auditoria na Educação à Distância
55 (EaD). A professora Júlia Marques Carvalho da Silva explicou que a EaD está sendo auditada
56 em todo país e que há aproximadamente 3 (três) semanas a instituição começou a ser
57 auditada. Explicou como é realizada a auditoria, salientando que a instituição possui de 3 (três)
58 a 5 (cinco) dias para prestar contas e apresentou os assuntos que estão sendo auditados, a
59 saber: dados financeiros, contratos relacionados à EaD, pagamentos de bolsistas, forma de
60 contratação e capacitação de bolsistas, material didático. O Diretor-geral substituto do *Campus*
61 Osório, Uady Rocha Sessim, sugeriu recolher o recurso quando o mesmo não foi utilizado,
62 evitando assim, a utilização para outro assunto. A professora Tatiana Weber explicou que o

63 recurso é repassado na matriz orçamentária do *campus* e que a reitoria não tem gerência sobre
64 o mesmo. Acrescentou que pode-se estipular um prazo para execução e caso o recurso não for
65 utilizado pelo *campus*, utilizá-lo para o EaD geral. A professora Júlia Marques Carvalho da Silva
66 pediu desculpas por não dar retorno aos questionamentos e solicitações dos *campi*, pois, neste
67 momento, a prioridade do setor é a auditoria. **3. Informes das pró-reitorias. Informes da Pró-**
68 **reitoria de Administração (Proad).** A professora Tatiana Weber informou que a partir do próximo
69 ano será utilizada a Plataforma Nilo Peçanha para a elaboração da matriz orçamentária e não
70 os dados brutos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
71 (Sistec). Apresentou as mudanças realizadas: o número de alunos terá defasagem de dois
72 anos; utilização da carga horária mínima do catálogo do curso. Expôs que a instituição deverá
73 buscar alternativa para suprir esta defasagem e fazer a revisão dos Projetos Pedagógicos de
74 Curso (PPC) visando otimizar a carga horária. Salientou que no corrente ano haverá muitas
75 mudanças, diante disto, solicitou calma. Expôs também que o peso dos cursos da saúde será
76 modificado. O professor Júlio Xandro Heck explicou que a utilização da plataforma foi uma
77 imposição da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), porém esta não abriu
78 os dados para rodar na matriz. Explicou também que a utilização da plataforma impacta para
79 os *campi* em implantação. Acrescentou que o IFRS é o instituto com maior carga horária de
80 cursos e que a carga excedente não será convertida em orçamento. Lembrou que o Conif criou
81 uma comissão para analisar os pesos dos cursos e que a única alteração foi com relação aos
82 cursos de saúde, complementando que acredita que o Proeja seja o próximo curso a ter
83 consenso. O professor Mariano Nicolao explicou que o aumento de carga horária de curso não
84 indica aumento de qualidade, expondo que o número de horas impacta diretamente na carga
85 horária do docente, sendo necessário mais docentes para atender o *campus*. Perguntou como
86 ficou a questão do recurso de investimento e custeio. A professora Tatiana Weber respondeu
87 que este assunto será tratado em outro ponto da pauta. A professora Soeni Bellé expôs o
88 cuidado com a redução da carga horária dos cursos sem ofertar outros cursos ou modalidade,
89 citando a oferta de cursos de extensão, de formação inicial e continuada (FIC). O professor
90 Alexandre Martins Vidor expôs que estas políticas são induzidas e representam a visão de
91 estado do Ministério da Educação (MEC). Perguntou como será dada uma qualidade maior
92 para os cursos, se a matriz dá outro viés. Defendeu não modificar a carga horária dos cursos,
93 devido a perspectiva de término do governo. O professor Jesus Rosemar Borges disse que os
94 cursos do *campus* possuem a carga horária mínima, mas muitos professores reclamam que
95 não conseguem atender ao programa do curso, sugerindo ofertar cursos FIC em temas que
96 ficaram deficitários. O professor Giovani Forgiarini Aiub salientou que atrelar a qualidade do

97 curso à carga horária sem ter dados é perigoso. Perguntou sobre a avaliação dos cursos nos
98 institutos que possuem carga horária menor. Sugeriu fazer uma articulação no MEC para
99 aumentar a carga horária mínima do catálogo. O professor Fábio Azambuja Marçal salientou a
100 importância de problematizar outras questões, expondo que se a instituição seguir à risca a
101 carga horária do catálogo, poderá atender outros alunos e democratizar o acesso. O professor
102 Mariano Nicolao explicou como foi realizada a organização da carga horária dos cursos no
103 *campus*, expondo que a oferta dos mesmos é semestral. Acrescentou que a qualidade dos
104 cursos pode se dar com a exigência de atividades extracurriculares, como atividades de
105 laboratórios, atendimento ao aluno, bolsas de ensino. O professor Júlio Xandro Heck
106 complementou que, no fator cursos, é considerado o número de laboratórios do catálogo, e
107 além disso, esta informação não é levada em consideração no cálculo do aluno equivalente.
108 Solicitou que a Pró-reitoria de Ensino (Proen) faça um estudo desta situação. O professor
109 Eduardo Giroto explicou que esta pode ser a oportunidade para aumentar a qualidade dos
110 cursos, citando os cursos de formação inicial e continuada (FIC), de pós-graduação, projetos
111 de pesquisa, entre outros. Informes da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
112 (Proppi). O professor Eduardo Giroto explicou que o Encontro de Pesquisadores e
113 Extensionistas foi transferido e que estão buscando uma nova data compatível entre os
114 palestrantes, sinalizando para a segunda semana do mês de agosto. Explicou também que o
115 Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino estava previsto para os dias 10 (dez) e 11 (onze) de
116 novembro, mas as datas coincidem com a aplicação da prova do Exame Nacional do Ensino
117 Médio (Enem), diante disto, o evento será transferido para os dias 23 (vinte e três) e 24 (vinte e
118 quatro) de novembro. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt perguntou se existe algum
119 edital aberto para a Semana de Ciência e Tecnologia. O professor Eduardo Giroto respondeu
120 que verificará e informará a todos. Expôs também que a Fundação de Amparo à Pesquisa no
121 Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) divulgou o resultado parcial para bolsas de iniciação
122 científica e que a instituição foi contemplada com 38 (trinta e oito) bolsas. Acrescentou que as
123 chamadas internas estão em processos de avaliação. **4. Flexibilização do recesso**
124 **acadêmico de julho.** O professor Júlio Xandro Heck explicou que devido às paralizações e à
125 Copa do Mundo foi procurado para fazer uma resolução delegando aos *campi* a possibilidade
126 de flexibilizar, de forma excepcional no corrente ano, o recesso de duas semanas no mês de
127 julho. Sugeriu delegar aos *campi*, com aprovação no Conselho do *Campus*, a possibilidade de
128 utilizar ou não as duas semanas previstas no calendário. O professor Lucas Coradini explicou
129 as possibilidades previstas de modificação no calendário, a saber: utilização de sábados
130 letivos, postergar o término do calendário acadêmico e flexibilizar o recesso de julho.

131 Esclareceu também a definição de dias letivos. Foram realizadas discussões sobre dias letivos,
132 a forma de recuperação das atividades e a interpretação da portaria sobre o horário especial
133 em dias de jogos da seleção brasileira. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim e o
134 professor Lucas Coradini ficaram com a incumbência de fazer um documento orientando os
135 campi sobre o horário especial e a Pró-reitoria de Ensino auxiliará na elaboração do texto da
136 resolução sobre o recesso. **5. Execução de recursos de investimento.** O professor Júlio
137 Xandro Heck apresentou o valor de recursos aprovado para investimento. Expôs a
138 necessidade de fazer a execução deste valor e que dividi-lo linearmente entre todos não
139 resolveria os problemas, diante disto, serão apresentadas duas propostas de cunho
140 institucional. A professora Tatiana Weber explicou que existia a expectativa de liberação 60
141 (sessenta) ou 80% (oitenta por cento) de investimento e de 100% (cem por cento) de custeio.
142 Acrescentou que está sinalizada a liberação do custeio, mas que acredita que liberarão apenas
143 40% (quarenta por cento) do limite para investimento. Apresentou o recurso de investimento
144 disponível e expôs que as propostas a serem apresentadas visam atender a todos os *campi*,
145 lembrando os critérios definidos para a divisão de recursos extraorçamentários. O Diretor de
146 Planejamento e Obras, Renato Pereira Monteiro apresentou uma das propostas: aplicar o
147 recurso na aprovação dos Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCIs) dos
148 *campi*. Explicou que primeiramente serão contemplados os *campi* que já possuem projetos
149 aprovados, iniciando pela unidade que demande menos recursos, visando atender mais
150 unidades. Acrescentou que o processo de aprovação continuará no próximo ano. A professora
151 Tatiana Weber explicou que o objetivo é atender o maior número de *campus* possível e assumir
152 o compromisso de continuar o trabalho, acrescentando que não possui os valores que serão
153 necessários. O professor Júlio Xandro Heck salientou que dar continuidade aos trabalhos no
154 próximo ano é um compromisso da instituição. O professor Lucas Coradini expôs que a outra
155 proposta é a aquisição de acervo bibliográfico através da aquisição de três licenças de acervo
156 digital, com validade de 3 (três) anos, apresentando o custo total das licenças. Expôs que a
157 biblioteca digital é válida para bibliografia complementar e para a avaliação de cursos. A
158 professora Tatiana Weber expôs que esta aquisição não é investimento e sim custeio. Os
159 professores Mariano Nicolao e Marcelo Augusto Rauh Schmitt expuseram a importância da
160 aprovação dos PPCIs, pois impactam todos os *campi* e a não aprovação tem consequências
161 graves. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt lembrou que, há alguns anos, as
162 bibliotecárias disseram que era economicamente inviável a aquisição de acervo digital,
163 perguntando o que mudou para tornar a proposta viável. Os professores Alexandre Jesus da
164 Silva Machado, Gilberto Luiz Putti e Migacir Trindade Duarte Flôres apresentaram a situação

165 atual dos *campi* com relação aos PPCIs. A professora Migacir Trindade Duarte Flôres sugeriu
166 fazer a solicitação de um Termo de Execução Descentralizada (TED) para adquirir o acervo
167 bibliográfico e contemplar todos os *campi*. O professor Alexandre Martins Vidor expôs que a
168 discussão está sendo centrada num problema que não foi criado pela instituição, salientando
169 que o problema é do MEC que não distribui recursos. Salientou a importância de criar
170 estratégias de demarcar com o MEC. Acrescentou que é a favor da proposta do acervo digital,
171 pois contempla muito mais alunos. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, explicou
172 que a biblioteca virtual será o caminho para a instituição, pois não se pode mais dar provimento
173 para o cargo de auxiliar de biblioteca. A professora Soeni Bellé salientou a importância de
174 buscar recursos visando contemplar a todos, lembrando do recurso de aquisição de livros do
175 ano anterior. Acrescentou a necessidade de ter um documento mostrando as ações que estão
176 sendo realizadas neste sentido. Os professores Erik Schüller e Giovani Forgiarini Aiub
177 expuseram a situação dos *campi*, salientando a importância do PPCI. O professor Erik Schüller
178 pediu a visita dos engenheiros e arquitetos ao *campus*. O professor Mariano Nicolao salientou
179 a importância de buscar recursos junto ao MEC e da movimentação do Colégio de Dirigentes
180 para atender a situação. Salientou também a necessidade dar transparência ao processo e do
181 atendimento das questões legais. Sugeriu, já que foi citado o acervo digital, pensar nas
182 questões digitais que envolvam os registros escolares. O professor Júlio Xandro Heck expôs
183 que Diretor da DPO ficará responsável por estas informações. O professor Fábio Azambuja
184 Marçal expôs o contexto de corte orçamentário que a instituição está vivendo, salientando a
185 importância de priorizar o PPCI e buscar recursos extraordinários para aquisição de
186 acervo. O professor Amilton de Moura Figueiredo expôs que a DPO terá um contato direto com
187 os *campi*. Salientou a importância de buscar a real demanda de cada *campus* e oficiar a
188 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) desta necessidade. Sugeriu que o
189 professor Júlio Xandro Heck buscasse incluir o PPCI nos critérios de distribuição de recursos
190 do Conif. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt lembrou que o *Campus* Porto Alegre
191 terceirizou uma empresa para elaborar o projeto. O Diretor de Planejamento e Obras, Renato
192 Pereira Monteiro, expôs que a instituição possui 6 (seis) projetos aprovados, 3 (três) em
193 avaliação e 2 (dois) em processo de renovação. Acrescentou que os *campi* que não possuem
194 projetos serão procurados pela DPO e salientou as prioridades de atendimento da diretoria, a
195 saber: *campus* com recursos para execução, *campus* que receberá recursos, PPCI. O
196 professor Gilberto Luiz Putti sugeriu a elaboração de um TED para os PPCIs e utilizar o recurso
197 para as obras não finalizadas. Acrescentou que o recurso auxiliaria os *campi* em implantação,
198 que não possuem salas de aula nem espaço físico para servidores. A professora Tatiana

199 Weber fez alguns esclarecimentos, a saber: a instituição não pode abrir TED; a aquisição de
200 acervo digital deve ser realizada com recurso de custeio; a instituição sempre terá ata vigente
201 para aquisição de livros; a ideia é ter um projeto institucional visando resolver o PPCI de todos
202 os *campi* com transparência; dar prioridade às questões legais e atendimento aos critérios
203 apresentados pelo MEC. O Procurador Albert Caravaca expôs a importância de resolver os
204 problemas possíveis e trabalhar na resolução dos demais problemas. A professora Tatiana
205 Weber explicou que o recurso disponível não é para obras, não é recurso de 20RG. Lembrou
206 os critérios estabelecidos pelo MEC, salientando que obras novas não estão contempladas
207 nestes critérios. O professor Alexandre Martins Vidor expôs que utilizar 100% (cem por cento)
208 do recurso para PPCI é complicado, visto que a responsabilidade do problema é do MEC que
209 não está fazendo a liberação de recursos. Apresentou a situação do *campus* e sugeriu destinar
210 uma parte deste recurso para os *campi*. O professor Júlio Xandro Heck resumiu a proposta
211 apresentada, a saber: 50% (cinquenta por cento) do recurso para PPCIs e 50% (cinquenta por
212 cento) para atender as necessidades dos *campi*. A professora Migacir Trindade Duarte Flôres
213 lembrou dos critérios para distribuição de recursos elaborados por um grupo de trabalho. O
214 professor Fábio Azambuja Marçal expôs que as dificuldades dos *campi* em implantação são da
215 instituição, que este é um problema institucional. Acrescentou que em algum momento a
216 instituição deverá colocar os *campi* em implantação como prioridade e sugeriu distribuir os 50%
217 (cinquenta por cento) a estes *campi*, para aquisição de mobiliário. A professora Tatiana Weber
218 informou que recebeu um e-mail da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) de que
219 esta não irá encaminhar propostas de alteração orçamentária à Secretaria de Orçamento
220 Federal (SOF), por ordem do Ministro. O professor Amilton de Moura Figueiredo expôs que não
221 foi definido juízo de valor ou peso para a execução dos PPCI. Acrescentou que a proposta visa
222 resolver um problema institucional, salientando a importância de iniciar este processo devido às
223 questões legais. O Diretor de Planejamento e Obras, Renato Pereira Monteiro, expôs que
224 primeiramente deve-se realizar os projetos para após aprovar nos Bombeiros. Apresentou os
225 projetos aprovados, a saber: *Campi Alvorada*, Bento Gonçalves, Canoas, Farroupilha, Ibirubá,
226 Osório e Porto Alegre. Expôs que a prioridade será dada aos projetos que necessitem de uma
227 menor intervenção em termos de recursos, salientado que o alvará é para a unidade e a
228 responsabilidade é do diretor-geral. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, salientou a
229 importância de pensar na unidade e defender os critérios estabelecidos perante a comunidade
230 e não apenas apresentar os problemas individuais. Foram apresentadas as dificuldades de
231 cada *campus*. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt expôs que a discussão deve ser
232 pautada na prioridade a ser dada ao PPCI. A professora Soeni Bellé expôs que o PPCI é

233 importante e apresentou a situação do *campus*, sugerindo a distribuição linear de metade do
234 recurso. O professor Júlio Xandro Heck resumiu as propostas, salientando que buscarão
235 formas de contemplar as propostas. Em regime de votação: proposta 1: 100% (cem por cento)
236 do recurso para aquisição de acervo bibliográfico físico, nenhum voto; proposta 2: 100% (cem
237 por cento) do recurso para a execução dos PPCIs, dando transparência a todas ações, 7 (sete)
238 votos; proposta 3: 50% (cinquenta por cento) do recurso para a execução dos PPCIs e 50%
239 (cinquenta por cento) para investimento distribuídos entre os *campi*, 12 (doze) votos. O
240 professor Júlio Xandro Heck perguntou sobre a forma de divisão dos 50% (cinquenta por cento)
241 para investimento aos *campi*. O professor Giovani Forgiarini Aiub propôs dividir linearmente
242 entre todos os *campi* e o professor Júlio Xandro Heck propôs distribuir entre os *campi* em
243 implantação. O professor Alexandre Martins Vidor sugeriu acrescentar à proposta do professor
244 Júlio Xandro Heck os *campi* federalizados: Farroupilha, Feliz e Ibirubá. Alguns diretores-gerais
245 apresentaram os problemas com infraestrutura de seus *campi*. O professor Mariano Nicolao
246 expôs a importância de elencar prioridades e resolver os problemas aos poucos, e que esta
247 resolução perpassará a atual gestão. O professor Amilton de Moura Figueiredo expôs a
248 importância de buscar recursos para resolver os problemas, sugerindo dividir entre todos os
249 *campi*, mas priorizando os *campi* em implantação. Lembrou as distribuições de recursos
250 realizadas anteriormente, salientando que o recurso foi investido em educação. O professor
251 Alexandre Martins Vidor salientou a importância de buscar a memória da distribuição dos
252 recursos e além disso, buscar uma certa harmonia, tentando tornar as unidades mais iguais. O
253 professor Juliano Cantarelli Toniolo expôs que existem outras formas de ajudar os *campi*,
254 citando exemplos. Acrescentou que o valor a ser disponibilizado pode ser pequeno, mas é
255 importante para cada unidade. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt salientou a
256 importância de discutir qual será o tamanho final de cada *campus*, verificando qual é o
257 tamanho viável e que a região comporta. Expôs que este estudo deve ser realizado por uma
258 empresa e não como é realizado os estudos de demanda para abertura de cursos. O professor
259 Giovani Forgiarini Aiub apresentou exemplos sobre a importância de uma boa pesquisa de
260 demanda, citando cursos do *campus*. Acrescentou a importância de buscar emendas
261 parlamentares institucionais e não carimbadas para um determinado *campus*. O professor
262 Odair José Spenthof condicionou seu voto de abrir mão do recurso à realização desta
263 discussão sobre o futuro da instituição, sugerida pelo professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt.
264 Em regime de votação: Proposta 1: divisão linear, 7 (sete) votos. O professor Amilton de Moura
265 Figueiredo declarou seu voto nesta proposta, por coerência com suas falas e pela necessidade
266 de todos os *campi*. Proposta 2: divisão entre os *campi* da fase 3 (três), os federalizados e o

267 Campus Avançado Veranópolis, 11 (onze) votos. Proposta 3: divisão entre os campi da fase 3
268 (três) e o Campus Avançado Veranópolis, 3 (três) votos; 1 (uma) abstenção. O professor Júlio
269 Xandro Heck assumiu o compromisso de abordar a proposta dos professores Marcelo Augusto
270 Rauh Schmitt e Odair José Spenthof. Retomou-se o item **3. Informes das pró-reitorias**, com o
271 informe da Procuradoria Federal. O Procurador Albert Caravaca explicou que o Tribunal
272 Regional Federal da 4ª Região proferiu decisão favorável à Instituição em não aplicar a decisão
273 do Conselho Superior quanto ao *per saltum*. Expôs também que o Tribunal Superior do
274 Trabalho orienta aos juízes a não aplicar qualquer tipo de multa ao não comparecimento de
275 procurador na audiência inicial e explicou como cada *campus* deve proceder. Sobre o
276 Ministério Público do Trabalho, informou que se houver necessidade de informações, podem
277 encaminhar e-mail solicitando-as. Acrescentou que, para organizar processos de Mandato de
278 Segurança, precisa conhecer os fatos. Informou que a instituição não tem obrigação de
279 responder denúncias anônimas, explicando os procedimentos a serem realizados. Explicou
280 como é realizado o atendimento da Equipe Nacional de Licitações e Contratos. A professora
281 Tatiana Weber complementou que a Diretoria de Licitações e Contratos irá encaminhar
282 orientações na próxima semana. Às treze horas e trinta minutos foi realizado um recesso para
283 almoço e a reunião foi retomada às quatorze horas e cinquenta minutos, continuando o item **3.**
284 **Informes das pró-reitorias.** O professor Gleison Samuel do Nascimento perguntou sobre o
285 limite de custeio. A professora Tatiana Weber informou que não existe nenhuma informação
286 oficial da liberação além destes 80% (oitenta por cento). O professor Júlio Xandro Heck
287 informou que foi anunciado na última reunião do Conif que seria liberado 100% (cem por
288 cento), mas não existe nenhuma informação oficial, nem previsão de liberação. O professor
289 Júlio Xandro Heck informou também que as próximas nomeações para os cargos da reitoria
290 serão realizadas após a aprovação do Regimento da Reitoria, previsto para apreciação na
291 próxima reunião do Conselho Superior (Consup). **6. Dimensionamento de pessoal. Técnico-**
292 **administrativos.** O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, fez um histórico dos acordos
293 realizados no Colégio de Dirigentes (CD). Apresentou o quantitativo de cargos com
294 disponibilidade orçamentária para provimento, o quantitativo de cargos conforme portaria, os
295 cargos ocupados pela instituição e os códigos livres. Salientou que não se pode dar provimento
296 aos cargos de nível C livres, devido ao Decreto 9262 (nove mil, duzentos e sessenta e dois),
297 acrescentando que estes cargos, enquanto ocupados, contam no quadro de servidores do
298 *campus*. Expôs que os cargos de nível de D estão em edital e o cargo de eletricista, nível E,
299 que foi liberado devido à vacância, também está em edital. Os cargos a serem discutidos são: 2
300 (dois) técnicos em contabilidade; 2 (dois) bibliotecários; 3 (três) tecnólogos; 3 (três)

301 administradores; 3 (três) técnicos em assuntos educacionais; 1 (um) relações públicas; 1 (um)
302 programador visual; 2 (dois) jornalistas. Apresentou as diretrizes utilizadas, a saber: equalizar
303 número de servidores e cargos, respeitar os limites previstos na Portaria 246 (duzentos e
304 quarenta e seis) e que os *campi* da fase 3 (três) possam aproximar-se de 80% (oitenta por
305 cento) do quadro de servidores. Apresentou também os critérios utilizados na proposta a ser
306 apresentada, a saber: atender todos os *campi* com o cargo de jornalista; atender os *campi* sem
307 contador ou técnico em contabilidade; equalizar os cargos de técnicos em assuntos
308 educacionais e tecnólogo; atender demandas específicas. Apresentou o cenário atual de cada
309 *campus* e a proposta de distribuição de cargos, salientando que existem dois servidores
310 lotados no *Campus* Erechim, que atendem a todos os servidores da instituição e à uma política
311 institucional, e contam no quadro da reitoria. A professora Tatiana Weber explicou que os
312 administradores para reitoria irão atuar na governança e na gestão de riscos da instituição,
313 sendo esta uma demanda urgente. O professor Alexandre Martins Vidor salientou a
314 importância de buscar junto ao MEC mais vagas e a modificação da portaria, pois vários *campi*
315 não estão crescendo devido à portaria. Acrescentou que não vê esta cobrança de forma efetiva
316 por parte da instituição. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, explicou que o
317 problema não é ampliar o quantitativo, pois a instituição tem direito à 77 (setenta e sete) cargos
318 de nível D, mas a criação de cargos. Expôs que os cargos disponíveis no MEC não servem
319 para o IFRS e que a criação de novos cargos só pode ser feita por lei. Acrescentou também
320 que, segundo o MEC, os cargos de nível médio só serão discutidos no próximo ano. O
321 professor Marino Nicolao perguntou sobre a troca de códigos que não servem para a
322 instituição. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, respondeu que o MEC não faz mais
323 troca de códigos com as autarquias, mas que as autarquias podem trocar os códigos entre si,
324 no fundamento da redistribuição, mas este procedimento não é simples. O professor Gleison
325 Samuel do Nascimento perguntou como é realizada a distribuição dos códigos pelo MEC,
326 solicitando transparência no registro das demandas enviadas pelos *campi* e na decisão da
327 escolha dos cargos. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, explicou como é realizada
328 a solicitação de códigos para o MEC, salientando que a solicitação visa atender a Portaria 246
329 (duzentos e quarenta e seis). Acrescentou que não sabe qual é o critério utilizado pelo
330 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pois os códigos solicitados pela
331 instituição diferem dos recebidos. Expôs a necessidade de criar um instrumento para coleta de
332 informações, visto que esta atual prática adotada pelo MEC está sendo utilizada após a
333 publicação da Portaria 109/2016 (cento e nove de dois mil e dezesseis). O professor Amilton de
334 Moura Figueiredo salientou a importância deste instrumento de registro de demandas atentar

335 para a equidade de distribuição de cargos. O professor Fábio Azambuja Marçal apresentou a
336 ressalva dos 5 (cinco) códigos destinados a reitoria do total de 15 (quinze), e além disso, sendo
337 3 (três) administradores, cargo de nível E, que a instituição não receberá mais. A professora
338 Tatiana Weber expôs que o desequilíbrio que existe na fase 3 (três) também existe na reitoria.
339 Acrescentou que a questão dos administradores é uma questão legal que a instituição precisa
340 resolver. O professor Amilton de Moura Figueiredo lembrou a alteração realizada na Diretoria
341 de Gestão de Pessoas com as pastas funcionais, salientando que as vagas recebidas na
342 reitoria são para atender a todos os *campi*. Acrescentou também que há algum tempo a reitoria
343 não está recebendo servidores. O professor Fábio Azambuja Marçal falou que a finalidade do
344 instituto está no *campus*. O professor Giovani Forgiarini Aiub expôs que foi cobrado pelo
345 Conselho do *Campus* das nomeações sem consultá-lo, explicando que responderá que
346 entende que no momento em que o *campus* aprova um curso, aprova também a necessidade
347 de professores, assim como a autorização para afastamento, que gera um professor substituto.
348 O professor Erik Shüler apresentou a preocupação de não receber nenhum servidor. O Diretor-
349 geral substituto do *Campus* Osório, Uady Rocha Sessim, expôs a possibilidade de regionalizar
350 algumas atividades, reduzindo a necessidade de servidores, citando as atividades relacionadas
351 às licitações e contratos. O professor Odair José Spenthof disse que foi elaborada uma moção
352 pelos municípios do Planalto pedindo a alteração da Portaria 246 (duzentos e quarenta e seis),
353 e esta foi encaminhada ao MEC. Expôs que haverá no *campus* uma audiência pública da
354 Assembleia Legislativa e que a portaria será pauta. Salientou a importância de trabalhar
355 politicamente nesta questão. Perguntou se a proposta apresentada em outra ocasião, em que a
356 reitoria disponibilizaria alguns códigos para os *campi*, esta mantida. A professora Tatiana
357 Weber explicou que a proposta está contemplada na apresentação, sendo 5 (cinco) vagas para
358 o *Campus* Sertão, 15 (quinze) vagas para o *Campus* Porto Alegre e 15 (quinze) vagas para o
359 *Campus* Rio Grande, totalizando 75 (setenta e cinco) servidores para cada unidade citada. O
360 Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, lembrou que a primeira proposta contemplava
361 mais servidores para o *Campus* Sertão, mas que a reitoria ficaria abaixo de 80% (oitenta por
362 cento), por isso, houve a modificação. Acrescentou que os *Campi* Bento Gonçalves e Sertão
363 possuem cargos que não podem ser repostos e que em algum momento esta reposição deverá
364 ser realizada. O professor Amilton de Moura Figueiredo expôs que este é um momento de
365 cooperação e que é necessário resolver o problema da reitoria. Lembrou as discussões
366 realizadas para o cargo de auditor, expondo o problema de ter um auditor por *campus*.
367 Salientou que a proposta apresenta critérios definidos e assumiu o compromisso de elaboração
368 do instrumento de demanda. O professor Mariano Nicolao expôs que a Portaria 246 (duzentos

369 e quarenta e seis) engessa o crescimento das unidades, sugerindo a importância de modificar
370 o status das unidades para ter mais alunos. Apresentou alguns problemas quanto a
371 rotatividade de servidores em alguns setores e os problemas referentes a portaria. O Diretor de
372 Gestão de Pessoas, Marc Emerim, explicou que o ajuste de dimensionamento está atrelado
373 diretamente ao cargo, citando exemplos. O professor Júlio Xandro Heck lembrou que no dia 11
374 (onze) de julho será realizado um evento na Assembleia Legislativa em comemoração aos 10
375 anos da rede, sugerindo a elaboração de um documento, assinado por todos os diretores, para
376 entregar durante o evento. O professor Mariano Nicolao explicou que a portaria permite outras
377 interpretações, apresentando-as. O professor Amilton de Moura Figueiredo expôs que existe
378 incongruência entre a lei e a portaria, assim como a tipificação de *campus* errada. Lembrou do
379 levantamento realizado e encaminhado à Setec, salientando que após um ano, a Setec está
380 solicitando novamente os documentos. Salientou a importância de perseguir no mínimo 80%
381 (oitenta por cento) do quadro estipulado na portaria, inclusive para a reitoria. O professor
382 Alexandre Martins Vidor expôs que sabe o esforço da reitoria, mas que não irá defender a
383 metodologia apresentada, não defenderá a ida dos cargos para a reitoria, pois os *campi* não
384 possuem servidores para atender a atividade fim. Expôs também que não existe diferença no
385 corpo técnico de um *campus* que possui 600 (seiscentos) alunos para o que possui 1200 (mil e
386 duzentos). O professor Jesus Rosemar Borges defendeu uma reitoria forte para atender aos
387 *campi*, citando alguns exemplos. Perguntou sobre as vagas de médico veterinário e engenheiro
388 agrônomo. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, respondeu que verificará para onde
389 foram os códigos. Expôs que os *campi* da fase 3 (três) receberam vários códigos nas últimas
390 distribuições, chegando a mais de 30 (trinta) servidores técnicos e 35 (trinta e cinco) docentes
391 cada. O Diretor-geral substituto do *Campus* Osório, Uady Rocha Sessim, perguntou sobre a
392 possibilidade de queda da flexibilização dos técnico-administrativos. O Diretor de Gestão de
393 Pessoas, Marc Emerim, explicou que alguns acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU)
394 estão sinalizando a possibilidade para as autarquias, citando o acórdão do Instituto Norte de
395 Minas que determina o público da instituição. O professor Júlio Xandro Heck expôs que o
396 processo de flexibilização do IFRS está bem embasado tecnicamente, conforme a
397 recomendação, e que o julgamento do Instituto Sul-rio-grandense foi sobrestado. Acrescentou
398 que a reitoria também possui falta de força de trabalho, que esta foi uma reclamação de todas
399 as equipes da reitoria. Defendeu a lotação destes cargos para a reitoria, visando atender a
400 governança e a gestão de risco. O professor Mariano Nicolao perguntou sobre o técnico
401 substituto. O professor Júlio Xandro Heck explicou que o assunto não é consenso entre os
402 reitores, nem entre o sindicato, por isto não foi dado andamento. O professor Marcelo Augusto

403 Rauh Schmitt expôs a incoerência do servidor público, citando exemplos. Salientou a
404 importância dos *campi* não abdicarem de suas autonomias e sim construírem pontes para
405 trabalharem juntos e não centralizar atividades na reitoria. A professora Tatiana Weber explicou
406 que a centralização pode agilizar algumas situações, mas que a autonomia dos *campi* é
407 importante e precisa ser mantida. O professor Alexandre Martins Vidor expôs que os *campi*
408 foram criados com autonomia para atender à comunidade, sendo difícil para a reitoria
409 compreender a comunidade que o *campus* está inserido. Defendeu que o *campus* tenha corpo
410 para atender a comunidade. O professor Amilton de Moura Figueiredo expôs que a reitoria teve
411 aumento de status devido ao aumento no quantitativo de *campi*. Acrescentou que a reitoria
412 assumiu o compromisso de manter o piso visando atender aos *campi*. Expôs que a proposta
413 apresentada possui critérios claros e pactuados neste grupo. O professor Alexandre Martins
414 Vidor registrou que discorda da metodologia de distribuição. O Diretor de Gestão de Pessoas,
415 Marc Emerim, explicou que a discussão será retomada no próximo ano, para distribuição das
416 vagas daquele ano, e que fará a coleta de demandas até o final do corrente ano. Docentes. O
417 Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, fez um histórico dos acordos realizados na
418 reunião de Canoas e na última do ano anterior. Apresentou a situação de cada *campi*,
419 lembrando que os professores do magistério superior não contam no banco e
420 conseqüentemente, quando houver aposentadoria, não serão repostos. Apresentou também a
421 proposta e o quantitativo necessário de códigos para atender os acordos. Propôs compor um
422 grupo de trabalho (GT) para elaborar um edital visando garantir a consolidação das atividades
423 já existentes nas unidades e criar cenários de ampliação, tendo como base a Portaria 246
424 (duzentos e quarenta e seis) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Sugeriu alguns
425 critérios, a saber: Termo de Acordo de Metas (TAM); verticalização de ensino; Proeja,
426 integrados e licenciaturas. Sugeriu a seguinte composição para o grupo de trabalho: um
427 representante do CD de cada fase, um representante da Pró-reitoria de Ensino (Proen), um
428 representante da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi), um representante da
429 DGP, e um representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O professor
430 Amilton de Moura Figueiredo lembrou que a distribuição de vagas e critérios vem sendo
431 discutidos há algum tempo. Expôs a importância de pensar no PDI, na portaria e na
432 verticalização. Acrescentou que o proposto é a regulamentação da Portaria 246 (duzentos e
433 quarenta e seis) e que valerá para todos os *campi*, com critérios claros. Acrescentou também
434 que a ideia é garantir 60% (sessenta por cento) para os *campi* da fase 3 (três) e o restante dos
435 códigos colocar para discussão institucional. O professor Júlio Xandro Heck salientou a
436 importância de fazer a discussão institucional e distribuir as 46 (quarenta e seis) vagas de

437 forma transparente e conforme critérios, mantendo o compromisso do quantitativo da fase 3
438 (três). O professor Erik Schüller expôs que Veranópolis possui 20 (vinte) docentes e está com
439 100% (cem por cento) de seu efetivo, mas que necessita de dois professores para o integrado,
440 artes e educação física. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, explicou que o edital
441 definirá os critérios. O professor Alexandre Martins Vidor expôs que a ideia é boa, mas o não
442 planejamento de acordo com a estrutura recebida por lei o deixa apreensivo. Salientou que se
443 algum *campus* extrapolar a portaria, faltará docente para outro. O professor Mariano Nicolao
444 expôs que o fluxo de elaboração e aprovação do relatório de desenvolvimento institucional está
445 incorreto, salientando que em algum momento a instituição falhou e que os *campi* devem ser
446 atendidos dentro do limite estabelecido. Expôs que o *campus* se planeja para tal e que o fluxo
447 de submissão de propostas para a abertura de cursos deve ser modificado, pois a demanda de
448 docentes é diretamente ligada a isto. Sugeriu considerar o PDI, a relação aluno-professor
449 (RAP), o arranjo produtivo local (APL), o TAM. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim,
450 explicou que o edital visa o regramento de algumas situações, citando alguns exemplos, como
451 a RAP. O professor Fábio Azambuja Marçal perguntou se já pode ser dado provimento para as
452 29 (vinte e nove) vagas que estão fora do edital. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc
453 Emerim, respondeu que sim. O professor Fábio Azambuja Marçal salientou a importância de
454 garantir no mínimo 80% (oitenta por cento) para cada *campus*, mas não extrapolar 100% (cem
455 por cento), pois se algum *campus* extrapolar seu quantitativo, impactará em outro. O professor
456 Marcelo Augusto Rauh Schmitt apresentou as vagas que foram devolvidas (quatro vagas) e a
457 previsão de devolução (três vagas). Expôs que *campus* deve ser esforçar para chegar ao
458 máximo, mas que acredita que alguns *campi* foram superestimados devido a capacidade da
459 região. Sugeriu utilizar as vagas para que todos os *campi* cheguem à 80% (oitenta por cento) e
460 enquanto isto, o CD discute o assunto. O professor Júlio Xandro Heck explicou que esta
461 proposta foi discutida, mas alguns *campi* não têm como absorver estas nomeações devido à
462 falta de infraestrutura. Acrescentou que a proposta apresentada visa não deixar códigos sem
463 nomeação. O professor Gleison Samuel do Nascimento expôs que é importante ter uma
464 ferramenta com critérios bem estabelecidos. Apresentou a preocupação com o prazo de
465 conclusão dos trabalhos e com o planejamento do *campus*, visto que este foi realizado de
466 acordo com os quantitativos da portaria. Expôs também que o *campus* possui demandas para
467 o próximo ano e que os *campi* não devem ultrapassar o quantitativo da portaria. Acrescentou
468 ainda que entende que a Portaria 109 (cento e nove) diz que, ao final do exercício, os códigos
469 não utilizados serão recolhidos, diante disto, a instituição deve utilizar todos os códigos. O
470 Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, explicou que o recolhimento de códigos não está

471 especificado na portaria, mas que pode haver a possibilidade de ter o código e não poder
472 provê-lo por falta de orçamento, explicando a importância da utilização dos mesmos. A
473 professora Migacir Trindade Duarte Flôres explicou que o *campus* planejou o quantitativo de
474 docentes conforme a portaria e que já receberam negativa de novos docentes por
475 ultrapassarem 80% (oitenta por cento) do quantitativo. Acrescentou que o *campus* precisa de
476 70 (setenta) docentes para o próximo ano. O professor Alexandre Jesus da Silva Machado
477 salientou a importância de atender os *campi* que necessitam, se colocando à disposição para
478 participar do GT. O professor Jesus Rosemar Borges expôs que algumas vagas não possuem
479 concursos vigentes. Sugeriu também incluir nas discussões do GT a não criação de cursos
480 superiores nas cidades que já possuem outras autarquias, citando exemplos. O Diretor de
481 Gestão de Pessoas, Marc Emerim, explicou que existe a possibilidade de abrir um novo edital e
482 que estão trabalhando na ideia de elaboração de edital de redistribuição ou aproveitamento de
483 concursos. O professor Fábio Azambuja Marçal expôs que esta discussão está sendo realizada
484 tardiamente e que a mesma será baseada na fase 3 (três), pois são estes *campi* que não
485 atingiram 80% (oitenta por cento) do quantitativo. O professor Erik Schüller expôs que se este
486 limite for rígido, terá que devolver 8 (oito) vagas, pois o curso integrado não funcionará com
487 este quantitativo. Acrescentou que o *campus* necessita de 10 (dez) vagas e para atingir a RAP
488 de 20 (vinte), precisa abrir 2 (dois) cursos integrados. O professor Juliano Cantarelli Toniolo
489 explicou que o *campus* não planejou o recebimento de um docente judicialmente. O professor
490 Lucas Coradini expôs que a análise de demanda para abertura de cursos atual é muito frágil,
491 sugerindo modificá-la. Expôs também a importância de definição de critérios para distribuição
492 de vagas, possibilitando o crescimento com direção. O professor Alexandre Martins Vidor
493 expôs que a instituição deve cumprir a legislação, diante disto, propôs distribuir o que
494 determina a legislação, ou seja, 70 (setenta) docentes para os *campi* da fase 2. Propôs
495 também ajustar os *Campi* Porto Alegre e Rio Grande e verificar as condições dos *campi* em
496 atingir o quantitativo estipulado, e caso não exista condições, liberar vagas para outros *campi*
497 avançarem. O professor Odair José Spenthof expôs que muitas falas apresentadas são iguais
498 ou avançaram na discussão do GT, expondo que a proposta apresentada foi a criação de um
499 GT para posterior apresentação. O professor Gleison Samuel do Nascimento expôs que não é
500 contra ao GT, mas que se preocupa com os provimentos para o próximo ano. Sugeriu utilizar a
501 planilha da Prodi para provimento de vagas emergenciais e utilizar os critérios definidos pelo
502 GT para o restante dos provimentos, restringindo o limite da portaria. O professor Marcelo
503 Augusto Rauh Schmitt sugeriu que os *campi* da fase 2 disputem as vagas até atingirem 100%
504 (cem por cento) do quantitativo, e que os *campi* da fase 3 (três) e Bento Gonçalves disputem

505 até atingirem 80% (oitenta por cento) do quantitativo. Em paralelo a isto, faz-se o debate sobre
 506 a fase 3 (três). O professor Gleison Samuel do Nascimento complementou em utilizar a planilha
 507 para dar provimento de vagas emergenciais da fase 2 (dois) e o GT elaborará os critérios para
 508 a fase 3 (três) e Bento Gonçalves atingirem 80% (oitenta por cento). O Diretor de Gestão de
 509 Pessoas, Marc Emerim, disse que a urgência é para 2019 (dois mil e dezenove). O professor
 510 Alexandre Jesus da Silva Machado disse que é contra o encaminhamento do *campus* não
 511 poder disputar vagas. O professor Gleison Samuel do Nascimento sugeriu a utilização de 16
 512 (dezesesseis) horas aula ou 14 (quatorze) horas relógio. O professor Jesus Rosemar Borges
 513 propôs incluir a discussão da possibilidade de liberação das 2 (duas) vagas solicitadas pelo
 514 *Campus Avançado Veranópolis* nas atribuições do GT. O professor Amilton de Moura
 515 Figueiredo resumiu os encaminhamentos: disponibilidade de 42 (quarenta e sete) vagas;
 516 poderão disputar estas vagas os *campi* das fases 2 (dois), até atingir 100% (cem por cento), e
 517 da fase 3 (três) e Bento Gonçalves, até atingir 80% (oitenta por cento) do quantitativo;
 518 utilização da planilha para provimento de vagas emergenciais da fase 2 (dois); utilização da
 519 carga horária de 16 (dezesesseis) horas aula ou 14 (quatorze) horas relógio; estudo da demanda
 520 do *Campus Avançado Veranópolis*. O professor Odair José Spenthof registrou sua
 521 contrariedade ao encaminhamento dado. Composição do Grupo de Trabalho: um membro
 522 representando cada fase de expansão do CD, um membro da Prodi, um membro da Proen, um
 523 membro da DGP e um membro da CPPD. Alexandre Jesus da Silva Machado, CD – fase 1
 524 (um); Mariano Nicolao, CD – fase 2 (dois); Alexandre Martins Vidor, CD – fase 3; Amilton de
 525 Moura Figueiredo, Prodi; Lucas Coradini, Proen; Marc Emerim, DGP. O professor Amilton de
 526 Moura Figueiredo entrará em contato com o presidente da CPPD para indicação do
 527 representante. **7. Assuntos Gerais. Reditec Sul.** O professor Júlio Xandro Heck explicou que
 528 está sendo organizada a locação de um ônibus para transporte e que as informações serão
 529 encaminhadas por e-mail. Às dezoito horas e trinta minutos o professor Júlio Xandro Heck
 530 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a constar,
 531 eu, Viviane Campanhola Bortoluzzi, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será
 532 assinada por mim e pelos presentes. Bento Gonçalves, sete de junho de dois mil e dezoito.

Viviane Campanhola Bortoluzzi _____

Júlio Xandro Heck _____

Alexandre Jesus da Silva Machado _____

Alexandre Martins Vidor _____

Amilton de Moura Figueiredo _____

Claudino Andrighetto _____

Eduardo Angonesi Predebon_____

Eduardo Giroto_____

Erik Schüler_____

Fábio Azambuja Marçal_____

Gleison Samuel do Nascimento_____

Gilberto Luiz Putti_____

Giovani Forgiarini Aiub_____

Jesus Rosemar Borges_____

Juliano Cantarelli Toniolo_____

Leandro Lumbieri_____

Lucas Coradini_____

Marcelo Augusto Rauh Schmitt_____

Marc Emerim_____

Mariano Nicolao_____

Marlova Benedetti_____

Migacir Trindade Duarte Flôres_____

Odair José Spenthof_____

Soeni Bellé_____

Tatiana Weber_____